

**COMENTÁRIO À CONFERÊNCIA
"DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO EM ÁFRICA" ****

*J. J. Fraústo da Silva**

Antes de mais, muito obrigado pelas suas palavras e, também o meu agradecimento à Direcção do CEPCEP, pelo amável convite que me fez, para estar hoje aqui convosco. Quero igualmente exprimir os meus agradecimentos aos Senhores Ministros e Secretários de Estado, que muito amavelmente estão aqui presentes, honrando-nos com o tempo de que dispõem, para nos ouvir sobre um assunto, que certamente é apaixonante, mas que tem tanto de apaixonante como de complexo.

Antes de mais, quero pedir desculpa a todos e, sobretudo fazer um apelo à vossa compreensão, para as dificuldades de um mortal que é exposto a uma longa conferência de um ilustre orador e é, digamos, forçado a comentar, quase de improviso, sobre a explanação que fez, das ideias pessoais que tem, ainda que baseadas em princípios que há muito tempo vem utilizando, nas acções que sobre a sua égide vêm sendo empreendidas, para melhorar a situação educacional dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Enquanto falava, não pude deixar de reflectir que, na realidade, os problemas dos países africanos, os nossos próprios problemas e os problemas dos países mais desenvolvidos são os mesmos. Há uma diferença que é mais de grau do que de qualidade. Suponho que no grupo dos quatro países que o orador referiu, haverá mais diferença entre o primeiro grupo e o último, do que entre o primeiro e nós próprios ou nós próprios e países bastante mais desenvolvidos. Isto quer dizer que a situação não é igual nesses países e cada um tem de considerar as suas particularidades próprias.

* Presidente do Instituto Nacional de Administração e antigo Ministro da Educação de Portugal.

** Transcrição da gravação de Maria Madalena Azevedo.

Talvez fosse interessante recordar - e eu fui tomando algumas notas à medida que o nosso orador hoje falava - dos seus pontos-chave principais. E, eu notei aqui como conceitos principais, as bases das linhas que expôs, o problema da nova ordem internacional, que está na base das reflexões que fez consecutivamente; o problema do desenvolvimento endógeno sustentado, que envolve questões de autonomia económica, intelectual, técnica e cultural, como condição da autonomia política e do progresso e da sua consolidação, o terceiro conceito chave que é o carácter global do desenvolvimento, dizendo que não é possível restringir o desenvolvimento ao acesso aos bens materiais e que há que desenvolver os recursos humanos, os seus conhecimentos e aptidões, erradicando o analfabetismo. Estas são recomendações que vêm sendo reformuladas e evoluindo, ao longo das várias conferências, que têm sido realizadas sob a égide de várias organizações internacionais, entre as quais a UNESCO.

Finalmente, um outro conceito chave também: a ligação entre a educação, o desenvolvimento económico e a construção nacional, que faz parte da *Declaração de Princípios de Harare*, em 1982. As consequências, foram também referidas e que são a integração dos valores, dos conhecimentos e das aspirações dos povos africanos nos objectivos, conteúdos, estruturas e métodos do processo educativo, associando o conjunto das populações à sua elaboração.

Aparece aqui um conceito de "Participação", que é já tardio nas preocupações das várias conferências internacionais, curiosamente, e a frase é de reter, a "educação aparece como uma terapia do subdesenvolvimento". Este foi, creio eu, o termo encontrado e creio que é bastante feliz. "Terapia", visando simultaneamente a auto-realização do "homem africano novo". Este termo é também curioso, na medida em que nós passamos a usá-lo ou que nós próprios o usamos frequentemente, a criação do "homem novo", sem sabermos muito bem o que é o "homem novo". Aqui, suponho que há matéria para reflexão. O que é o "homem africano novo"? O que é o "homem novo", em qualquer país, satisfazendo as aspirações individuais, mas também a satisfação das necessidades de desenvolvimento económico moderno, sem por isso deixar de preservar a identidade cultural? Mais um conceito que aparece já nesta minha evolutiva, a necessidade de preservar a identidade cultural. Reparem! Há realmente ao longo de vinte anos, e vinte anos é muito pouco tempo, uma sucessiva introdução de conceitos que não são na realidade específicos, julgo eu, do processo educativo nos países africanos, mas que se têm vindo a introduzir também na nossa prática quotidiana e nos outros países ocidentais: a ideia de "participação", a ideia "inter-cultural", a ideia da "pressão dos valores", a simultaneidade das

situações das aspirações individuais e das necessidades colectivas. Tudo isto são conceitos que não são específicos dos países africanos, nem sequer dos menos desenvolvidos.

Outros conceitos evocados, como consequência das recomendações da *Conferência de Lagos*, são: a ligação da escola à vida, a ligação da escola ao mundo do trabalho, a participação responsável nas tarefas de reconstrução nacional e na vida da sociedade. Mais uma vez, três linhas de argumentação, três conceitos que, para nós, pelo menos, portugueses, nada têm de novo. Correspondem às nossas preocupações diárias, mostrando assim que não estamos longe uns dos outros, mas que estamos realmente falando dos mesmos problemas, utilizando a mesma linguagem.

O Professor Haidara referiu, com algum pormenor, a evolução das estatísticas educatiavs nos últimos vinte anos. Foi aí que distinguiu os quatro grupos de países e focou principalmente aspectos quantitativos. Mas, deixou uma nota curiosa, aliás facilmente explicável. É que, não obstante a tremenda evolução - os números foram dados - registada em apenas vinte anos, o certo é que essa evolução é relativa e, em termos absolutos, a situação não melhorou substancialmente. Na realidade, por exemplo, e como citou, "o analfabetismo continua a crescer". Ora, isto dá-me a medida da magnitude dos esforços que têm de ser desenvolvidos, e eu já voltarei a este ponto, para de facto combater dificuldades que têm uma dimensão que, para aqueles que não conhecem África, está realmente para além da nossa imaginação diária.

Mais alguns aspectos curiosos, que eu comentarei depois, e que é o enfoque dado nas *Recomendações de Harare*, em 1982, portanto apenas dois anos e, é curioso e vale a pena notar isto, às grandes tarefas a empreender. A erradicação do analfabetismo, conjugando as facilidades, das quais é primária a educação de adultos. A ênfase na preparação também vocacional e profissional de adultos, simultaneamente com a alfabetização, preparando-os para a tarefa de reconstrução nacional. Uma ideia nova também. Renovar o ensino das ciências e das tecnologias, como factor de actuação sobre as realidades locais, de modo a utilizá-las para promover o desenvolvimento económico-social. Promover o ensino técnico-profissional. Esta ideia a nós toca-nos, digamos, várias campanhas dissonantes. E, também curiosamente, reformular o sistema de ensino superior, orientando-o para a resolução dos problemas nacionais. Novamente reconhecemos esta linguagem.

Em resumo, não há nada de novo sobre a terra. A educação é o mais poderoso instrumento de desenvolvimento endógeno e o problema é como dar sequência, como dar continuidade às tarefas a empreender, quais são os

recursos a mobilizar, como proceder. Julgo que isto é a principal preocupação que nos une hoje aqui e, é evidente, que nenhum de nós terá a arrogância de pensar que, enfim, tem na mão a chave de todos os problemas. Muito menos este vosso comentador, aqui presente, que de África tem apenas uma pequena experiência, somada a outras um pouco maiores noutros países também menos desenvolvidos, enfim, no sul, e, tudo somado em anos, representa menos de dez anos de toda a minha vida, que não chegou para compreender o nosso próprio sistema educacional e dar--lhe soluções. Portanto, é realmente muito pouco e não chega para me atrever a propôr sequer hipóteses de trabalho. Todavia, é certamente do esforço de todos, do esforço conjugado, que poderá resultar alguma contribuição e, sobretudo de uma ideia que me parece interessante. Esta que deriva desta constatação de que não há realmente diferenças substanciais entre todos nós. Na realidade, a natureza é uma só. Todos somos partes de um mesmo sistema e, se quiseram fugir para as ciências, para a biologia, do mesmo sistema ecológico. E, como sabem, numa planta ou num animal não há partes melhores ou piores. São todas partes dum mesmo ser, quer dizer, cada uma tem as suas funções próprias. Ora bem, aqui também podemos dizer o mesmo. Poderá haver situações melhores ou piores, mas os problemas são iguais, quer dizer, atingem-nos a todos em maior ou menor grau.

Um problema ainda, antes de entrar um pouco mais em pormenor, referido pelo Professor Haidara. É o problema dos "quadros". Aparece também a necessidade de preparar quadros com espírito de iniciativa e de sentido pedagógico. Não basta, para eles, competência e qualificação. Isto é insuficiente. Eles têm de ser animadores, promotores do desenvolvimento e da inovação. É certo que é também necessário preparar esses quadros como modelo diferente daquele que foi herdado dos antigos sistemas coloniais, apesar de que a evolução não alterou os sectores onde tem de actuar. É a agricultura, é o comércio, é a indústria, é a saúde, são os serviços.

E finalmente o problema da promoção da ciência e da tecnologia em África, como último vector do desenvolvimento. Portanto, não esquecer que há também o ensino superior, que esse ensino tem de ser canalizado para a resolução imediata de problemas nacionais e não ser um simples adorno, decoração que se possa exhibir nas estruturas internacionais. É um componente do desenvolvimento.

Ora bem, tudo isto tem de ser olhado e enquadrado nas perspectivas finais do Doutor Haidara, que são certamente negativas, pessimistas pelo menos. Na realidade, todos nós temos consciência de que a miséria alastra, que a fome abunda, que a crise internacional se torna mais profunda dia a dia, que essa crise se reflecte sobre as economias débeis dos países africa-

nos e que os recursos são cada vez mais escassos para atender a todas as necessidades, e que são muitas.

Bom, é perante este quadro que nos reunimos hoje aqui, tentando pensar em soluções, em alternativas, para, ao fim e ao cabo, cooperar entre nós a fim de resolver problemas que afinal não são só dos países africanos. São dificuldades que nós temos também e, como sistema que todos nós formamos, se vêm reflectir, quando não resolvidos, sobre nós próprios. Não podemos colocar-nos na situação do famoso *Mandarim* de Eça de Queiroz, tocando a campainha e não nos importando com aquilo que se passa por lá. O que se passa em África é do nosso directo interesse. Nós seremos confrontados com a evolução, melhor ou pior, que nesses países como noutros se vier a dar.

É evidente que não desejarei alongar-me muito sobre os problemas evocados e, tentarei focar apenas duas ou três questões, três questões, uma das quais, e peço que me perdoem, enfim, de um modo algo sarcástico e que estão, digamos, subjacentes nas considerações que o Professor Haidara já fez. É muito difícil, apesar da identidade dos problemas, fazer recomendações sobre o que se deve fazer ou não fazer em matéria de educação e desenvolvimento nos países africanos. Dar receitas é fácil, resolver os problemas é que é difícil. E, todos nós estamos habituados a circular de conferência para conferência, de seminário para seminário com uma pasta cheia de soluções. Na realidade, como sabem, os problemas continuam, as soluções ficam no papel e tudo se mantém na mesma ou, quando evolui, evolui, mas deixa sempre uma sensação de impotência e incapacidade perante a magnitude dos problemas a resolver.

Há alguns aspectos, e eu deixarei a palavra para outros oradores, para comentarem outros, que me sensibilizam particularmente. Eu costumo olhar para estes problemas, quer dizer, não só para estes mas, digamos, para outros em geral, em termos de qualidade, em termos de eficácia, em termos de relevância. É apenas uma outra maneira de arrumar as questões que o Doutor Haidara pôs.

As recomendações que foram feitas repetidamente pelas várias instâncias internacionais, nas várias reuniões, focam ao fim e ao cabo aspectos particulares dentro destas três alíneas. Primeiro, uma promoção da quantidade: vamos dar mais recursos para tentar alfabetizar o maior número possível de pessoas; abrir a escola a um maior número possível de crianças; formar um maior número de indivíduos. Sabemos que se fez um esforço grande, sabemos que é insuficiente. Sabemos sobretudo, também, que a qualidade não acompanhou a quantidade. Não é possível fazer acompanhar a preparação dos professores necessários para este efeito; sabemos que não

foi possível reformular os planos de estudo em termos adequados à realidade dos países africanos, que nem aos nossos. Sabemos também que a taxa de abandonos e de reprovações nesses países, tal como no nosso, é extremamente elevada. Esta é uma tarefa que tem de ser enfrentada com outros meios.

Em termos de eficácia, põem-se dois problemas também. O problema da eficácia administrativa, isto é, como distribuir equitativamente o ensino, e o problema da eficácia social, como fazer com que os recursos utilizados sejam realmente usufruídos e fruídos por toda uma população. Reparem que desenvolvimento económico não significa distribuição de riquezas, ou melhor, redistribuição equitativa de riqueza. Há países que têm um produto *per-capita* enorme e, todavia, têm simetrias de distribuição muito maiores. Em termos de educação é a mesma coisa. Pode haver um bom nível educacional, mas estar muito mal distribuído. Portanto, este é um dos aspectos que países, sobretudo grandes países africanos com enormes superfícies territoriais e uma dispersão de população muito grande, têm que enfrentar cada vez mais. Ou até países não muito grandes, mas com condições físicas que implicam uma grande distribuição da população.

Um tema que liga os dois aspectos, portanto, o desenvolvimento económico e a educação é, evidentemente, o tema focado das relações entre a educação e o trabalho, o tal tema que nos faz tocar campanhas dissonantes. Aqui talvez valha a pena referir alguns aspectos que me parecem pertinentes. Primeiro, suponho que é evidente a escassez de pessoal técnico e administrativo para sustentar o desenvolvimento económico e social e também referir a falta de entidades capazes de proporcionar a formação desse mesmo pessoal. Este é um problema genérico, tanto em África como entre nós.

Um problema mais específico africano é a situação de desemprego dos diplomados do sistema escolar e que não é totalmente conhecido. Não vem em muitas estatísticas, mas vem em algumas do Banco Mundial e da UNESCO, algumas previsões que são tão dramáticas como esta que eu vou citar: "A previsão de absorção no mundo do trabalho da coorte de 15 anos, saída das escolas em 1980 é apenas de 25%". Ora, isto é um aspecto que tem de ser olhado com extrema cautela, porque a pergunta se põe: e o que é que acontece aos outros 75% que, saídos da escola, não encontram no mundo do trabalho uma colocação compatível com as suas aspirações? Qual é a tendência que eles demonstram?

Depois, uma tendência, que não sei se será genérica para todos os países africanos, mas que é com certeza válida em Portugal e em alguns países que eu conheço e que é a tendência para considerar que cada nível de ensino é

apenas preparatório, propedêutico para o nível seguinte, o que supera as necessidades dos empregos disponíveis. É o velho síndrome dos diplomas e das qualificações. Entre nós, o sistema é estruturado em níveis que não têm correspondência directa no mundo do trabalho. São apenas degraus de uma escada que conduz sucessivamente até à universidade. Os alunos, como sabem e, já o disse uma vez, que concluem o ensino secundário entre nós, são completamente incapazes de não entrar na universidade. Esta é, digamos, a estrutura que nós temos e é um pouco também aquela que encontramos em alguns países. A tendência normal, até porque não há emprego correspondente, é de ir prosseguindo os estudos até onde se puder, com cada vez maiores frustrações.

Um aspecto também curioso e que vale a pena considerar é a diferença que os alunos, saídos da escola, encontram entre o ambiente que têm na escola e o ambiente que vão encontrar no mercado de trabalho, na estrutura do trabalho, nas empresas, nas indústrias e que lhes causa, pelo menos nos casos com os quais contactei, uma enorme sensação de desadaptação. Passam de um ambiente familiar, de uma relação com o professor, afectiva e directa, de repente, para uma relação hierárquica, funcional, produtiva, disciplinada, à qual não estão habituados e que gera um choque acentuado. Pode perguntar-se: há aqui alguma coisa de errado? Suponho que sim. Este é um problema a considerar.

Finalmente, há também uma tendência, que eu suponho que será bastante generalizada, para uma procura de serviços e para uma rejeição da terra e das profissões ligadas à agricultura. Esta é uma realidade que nós constatamos nos poucos países que conhecemos e que decorre naturalmente da tendência para ir ascendendo nos níveis educacionais variados. Ora bem, penso que estes aspectos são críticos. Penso também que a resolução dos problemas educativos não geram necessariamente desenvolvimento económico e que há que actuar igualmente sobre outros sectores.

Tenho dito algumas vezes, a respeito do nosso famoso ensino técnico-profissional, que não é o ensino técnico-profissional que gera emprego. O emprego tem de existir ou então não adianta estar a formar ou a especializar rapazes que mais tarde não vão encontrar no mundo do trabalho, uma ocupação correspondente àquela que lhes foi ensinada. Isto é um erro que tem sido constatado em alguns países africanos e que se constata também em alguns países europeus e no nosso em particular. Nós continuamos a falar aqui, como todos sabem, do ensino técnico-profissional com um ar algo saudosista, sem reflectir exactamente sobre aquilo que estamos a dizer e o problema é este: é muito mais frustrante para uma criança, para um jovem adquirir formação especializada num sector em detrimento da sua

formação genérica se ele, uma vez ingressado na vida profissional do trabalho, não encontrar na realidade uma ocupação que corresponda àquilo que lhe ensinaram. Aprendeu num lado, perdeu no outro e é obrigado a reconverter-se. É curioso verificar que aqui mesmo ao lado, na nossa vizinha Espanha, de uma realidade que é idêntica à nossa, as autoridades educativas e os sindicatos tiram uma conclusão completamente oposta: Não ao ensino especializado; Sim, a um ensino aplicado, facilmente reconvertido. Em termos africanos, não sei se perante a fraca absorção que se espera no mercado de trabalho, perante a escassez de professores e técnicos habilitados, perante o enorme dispêndio que representa a instalação de escolas técnicas dentro do sistema formal, não haverá que privilegiar, mais uma vez, a formação de carácter geral, proporcionando aptidões gerais, aplicáveis em todas as situações de emprego. Desenvolver capacidades e, sobretudo, desenvolver capacidades que estimulem a iniciativa própria, a cooperação e o auto-emprego porque, numa perspectiva de desemprego, é bom estar preparado para tomar a iniciativa e fazer alguma coisa. Suponho que isto vai um pouco na linha do que o Professor Haidara referiu, mas parece-me um vector sobre o qual vale a pena reflectir. Isto, é claro, não implica rejeitar a preparação profissional mas, em minha opinião, deve ser feito de um modo intensivo, em centros próprios e, sobretudo, quando possível, nas empresas interessadas. As empresas devem pagar pela formação que precisam. Não é ao Estado que compete fazer essa formação.

Se me é permitido, ainda que com alguma arrogância, fazer ou pôr temas de reflexão, diria que face à magnitude da problemática, haverá alguns aspectos pequenos mas que, quiçá, merecem alguma reflexão. São mais uma vez opiniões pessoais.

Julgo que em países que atravessam dificuldades, a prioridade das prioridades deverá ser privilegiar a política de emprego. Isto implica, por um lado, que se deve evitar enveredar por projectos de capital intensivo. Também nós encontramos, em alguns casos, projectos de capital intensivo em alguns países com as consequências que todos nós reconhecemos e sem que tenham o benefício, a contrapartida, de promover, de criar emprego. Moderar a chamada inflação de qualificações, o tal síndrome dos diplomas; reduzir disparidades de remuneração entre diferentes sectores. Todos nós sabemos que o sector primário, a agricultura, é mais mal pago que o comércio, que é mais mal pago que a indústria e que, (enfim, cá não é) é mais bem pago que os serviços. Mas, noutros países não será assim. Quiçá, uma maneira de nivelar a procura será diminuir a disparidade de remunerações, exigir maior participação do indivíduo nos custos da educação a níveis mais elevados. Se houver que pagar pela educação um pouco, a tendência será moderar

o apetite. Relacionar as especificações de emprego com o nível de educação, isto é, cada emprego tem um nível de requisitos e esse nível de requisitos exige um determinado grau educacional. Portanto, tentemos co-relacionar as coisas para não termos fenómenos de sub-emprego e de sobre-remuneração. Relacionar também as remunerações com as exigências dos postos de trabalho e não com as qualificações. Portanto, não paguemos a um engenheiro para fazer um trabalho que pode ser feito por um técnico menos qualificado.

Ora bem, tudo isto são medidas, se quiserem, tecnocráticas, algumas até, digamos, chocantes, mas que vão no sentido de atacarem problemas com pragmatismo. Há, como sabem, uma tendência para considerar que a educação é a terapêutica do subdesenvolvimento. Não será bem assim. Não basta. Não basta privilegiar a educação, há que atender com seriedade a outros aspectos sociais, certamente, à saúde e à habitação. Mas, há que atacar também aspectos do desenvolvimento, da promoção da actividade económica que não estão directamente relacionados com a educação. Não é prioridade à economia, é sim prioridade à economia como instrumento de satisfação das necessidades individuais. Ninguém estuda só por estudar; estuda também para ter um instrumento que lhe permita auferir condignamente a sua vida.

Peço desculpa, de facto, de abordar junto de vós e de pessoas que enfrentam estes problemas diariamente com uma dimensão muito maior do que a nossa e, apenas para não vos deixar, digamos, totalmente frustrados, gostaria apenas de ler duas ou três quadras, que dão um pouco a medida do equívoco daqueles que como nós, neste momento, se atrevem a propôr medidas para resolver os vossos problemas. É um poema que não vou ler todo; não é meu sequer. É de um inglês. Só tem uma adaptação livre, muito livre e uma tradução para a nossa língua. Chama-se o *Jet-Set do Desenvolvimento* e começa assim:

Adeus amigos, vou já para o avião
rumo directo, a outra convenção,
Sou do Jet-Set do desenvolvimento,
caneta em riste, escrevo um documento.

O homem do Jet é brilhante, lógico
profundo na sua análise e na visão do mundo,
Desloca-se em primeira, de mala sempre feita
de norte para sul, para a esquerda e para a direita.

Em grandes hotéis, inter-continentais,
condena firme as multinacionais
contra a injustiça, é vê-lo protestar
se tiver boa cama, para repousar.

Descorre sobre a fome,
ante a mesa farta,
e sobre a pobreza,
com whisky de marca.

Seca e miséria
nada ele receia,
ante duas garfadas
com a boca cheia.

Capricha requintado
no vocabulário,
tese é a permissa
junta o corrolário.

Para o desenvolvimento
quer uma base ética,
e a endogenização
tem de ser sistémica.

Que prazer ele tem
em ser estratosférico,
evitar o cerne,
ficar com o periférico.

Quanto a soluções,
não promete nada,
linguagem, sim
essa é requintada.

Doseia, sábio,
fama e confusão
pondo sempre em causa
qualquer opinião.

Ninguém duvida
da sua inteligência,
e tem lugar certo
na próxima Conferência.

E se alguém quiser
avancar proposta,
claro está,
não fica sem resposta.

Com um ar solene,
reage no momento
perguntando, sério:
isto é desenvolvimento?

Ou então esperto,
apela a outra tática
e diz:
É óptimo na prática
mas não condiz com a teoria.
E depois desta, quem é que respondia?

É assim amigos
o Jet a que pertença,
glória de um mundo
ao qual não sobra senso.
Chega de conversa,
volto para a missão,
cumprir o meu destino
de humanização.

Meus Senhores, suponho que isto lhes dará uma nota sarcástica e dura do que se passa e leva-me a uma última consideração que pessoalmente considero vital, particularmente para nós portugueses que temos uma vocação desta natureza, para colaborar na resolução dos problemas dos países africanos. Mas, para isto, meus Senhores, há uma condição fundamental: Não é possível colaborar com esses países, se não se estimar, se não se amar, se não se sentir no sangue, profundamente, a alma desses países. Muito Obrigado!